

## **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-INSTITUCIONAL**<sup>\*</sup>

**NILSON VITAL NAVES**

*Ministro Presidente do Superior Tribunal de Justiça*

Num momento em que o Brasil está em luta renhida contra o crime, a assinatura do Acordo de Cooperação Técnico-Institucional representa um grande passo para o Judiciário no seu propósito de bem cumprir a missão de distribuir justiça.

Buscando integrar as ações do Judiciário e do Executivo nessa empreitada, o Superior Tribunal de Justiça, o Conselho da Justiça Federal e os Tribunais Regionais Federais e respectivas Seções Judiciárias celebram este acordo com o Ministério da Justiça através do Departamento de Polícia Federal, cujo objetivo é promover o intercâmbio eletrônico de informações visando à prevenção da criminalidade no país.

Em linhas gerais, a parceria compreende o acesso aos sistemas que possibilitem consulta à folha de antecedentes, procurados e impedidos, registro de armas, cadastro de veículos, passaportes, cadastro de estrangeiros; ademais, consulta à Polícia Criminal Internacional, à Integração Nacional de Informação de Justiça e Segurança Pública e ao Sistema Nacional de Informação Criminal, bem como a dados completos sobre inquéritos criminais e contravenções penais instaurados, mandados de prisão, distribuição judicial, decisão definitiva e recolhimento e soltura de sentenciados. Tudo isso em relação a crimes perpetrados no Brasil e no exterior.

Como os senhores podem inferir, é extremamente promissora a abrangência deste ato.

Dentre as obrigações dos partícipes, aludo às seguintes por julgá-las de suma importância: designar servidores para compor equipe

---

<sup>\*</sup> Palavras proferidas na solenidade de assinatura do acordo, CJF, 26/8/2002.

técnica conjunta que elaborará os procedimentos necessários à perfeita execução deste instrumento; zelar pela adequada utilização das informações obtidas, preservando seu caráter sigiloso; e permitir reciprocidade no acesso aos sistemas.

Cabe à Polícia Federal, entre outras responsabilidades, disponibilizar as senhas de acesso a seus sistemas de informação; e aos órgãos do Judiciário cabe autorizar o acesso de seus membros a esses sistemas mediante senhas individuais - um acesso exclusivo a magistrados, o que tornará o círculo mais restrito, conferindo maior segurança e credibilidade ao serviço.

Vale ressaltar, ainda com relação às partes do acordo, que, se houver acesso indevido ou dano às informações, o fato será apurado, a fim de se chegar à responsabilização administrativa e criminal do agente.

Outro aspecto digno de realce é o fato de que, não obstante o grande alcance desta aliança, não haverá ônus extra, pois as despesas dela decorrentes serão custeadas pelas dotações orçamentárias das instituições acordadas, conseqüentemente, em nada elevando o custo Brasil.

Que benefícios poderão advir deste acordo?

Primeiramente, a facilitação das atividades dos 879 juízes federais de primeiro grau, bem como as dos 117 de segundo grau e dos 33 ministros do Superior Tribunal de Justiça. Se, antes, para conseguir informações imprescindíveis ao desenrolar de um julgamento, dependiam da resposta a ofícios por eles expedidos à Polícia Federal, a partir de agora, precisarão tão-só pressionar algumas teclas, e eis as desejadas informações prontas para o uso. E tudo do modo mais sigiloso possível.

Além do mais, com o trabalho preventivo proposto por este acordo, é de se esperar que o índice de criminalidade decresça, ganhando

com isso o sofrido povo brasileiro – destinatário dos serviços do Poder Judiciário.

Congratulo-me com as instituições signatárias e com a sociedade em geral, maior beneficiária de tamanho empreendimento. Congratulo-me, também, com o Judiciário como um todo, inclusive com os Tribunais de Justiça e os de Alçada, que poderão a ele aderir, porquanto, neste momento, estamos dando um golpe magistral no espectro da morosidade, pecha lançada sem piedade sobre a Justiça nacional.

Muito obrigado.